



Enfrentar o Sistema da Dívida: Auditoria com participação social

*Seminário O Endividamento no Brasil: quem é o responsável?"
Painel 2: O que pode ser feito para mudar o cenário atual do
endividamento brasileiro*

CONACATE / SINAFRESP / Dep. Est. Luiz Claudio Marcolino
Assembleia Legislativa de São Paulo, 24 de abril de 2025

CONJUNTURA PAUTADA PELO SISTEMA DA DÍVIDA

- Prioridade para o cumprimento das rígidas metas do Arcabouço Fiscal;
- Risco de descumprimento dos pisos constitucionais da Saúde e Educação;
- Sucessivos cortes de gastos sociais e investimentos;
- Juros exorbitantes amarram a economia do país enquanto o Banco Central eleva a Selic a **14,25%** ao ano e avisa que subirá mais;
- PROPAG eterniza a dívida dos estados, que já foi paga várias vezes;
- Esquema de Securitização de Créditos Públicos se alastrado e compromete orçamentos devido aos pagamentos por fora;
- Privatizações, PPP (com risco de Securitização de Créditos Públicos).

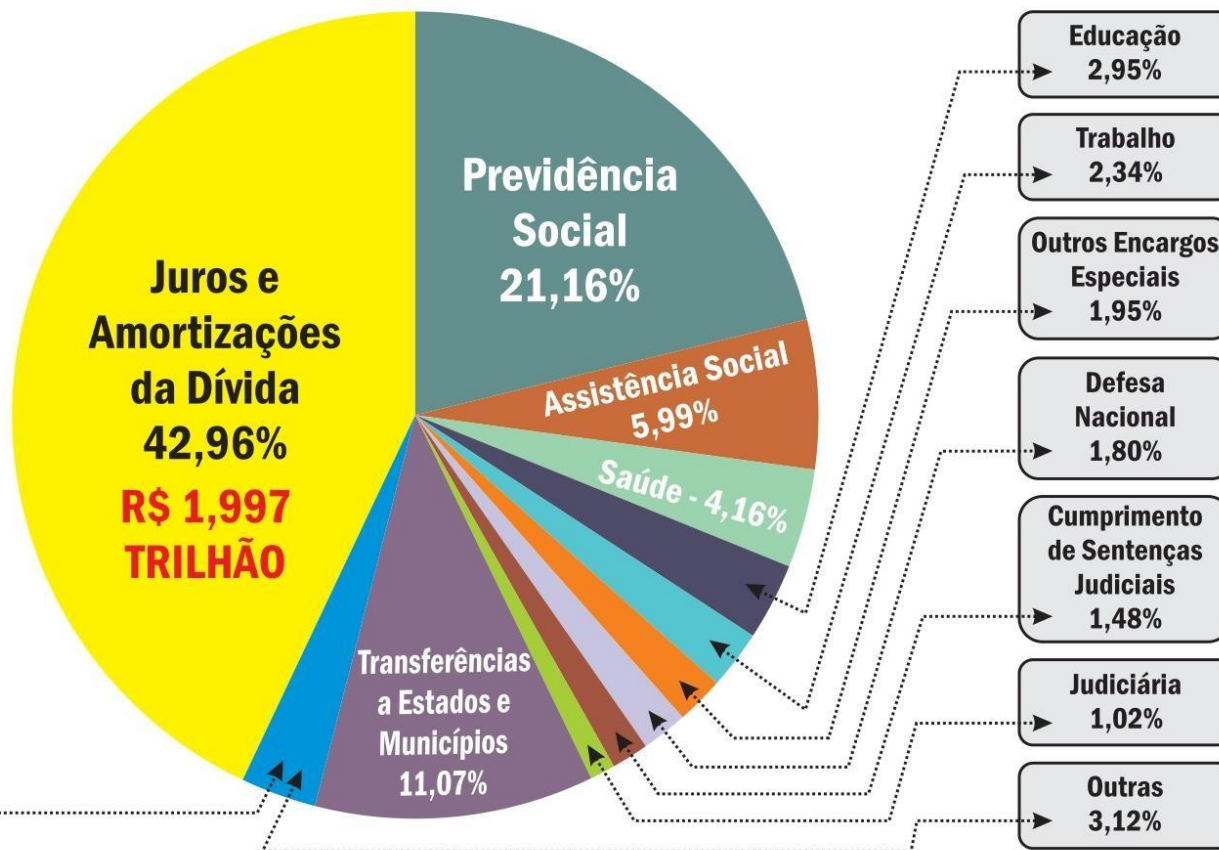
É URGENTE ENFRENTAR O SISTEMA DA DÍVIDA

ORÇAMENTO FEDERAL EXECUTADO EM 2024

PRIVILÉGIO DO SISTEMA DA DÍVIDA

Orçamento Federal Executado (pago) em 2024 = R\$ 4,648 TRILHÕES

OUTRAS	%
Administração	0,5361
Agricultura	0,4394
Segurança Pública	0,3589
Ciência e Tecnologia	0,3173
Transporte	0,3069
Gestão Ambiental	0,3049
Essencial à Justiça	0,2094
Legislativa	0,1888
Relações Exteriores	0,1022
Comércio e Serviços	0,0628
Organização Agrária	0,0585
Comunicações	0,0498
Indústria	0,0440
Cultura	0,0430
Urbanismo	0,0351
Direitos da Cidadania	0,0271
Energia	0,0215
Desporto e Lazer	0,0057
Saneamento	0,0052
Habitação	0,0003
TOTAL	3,1169



TCU CONFIRMOU QUE A DÍVIDA PÚBLICA FEDERAL NÃO TEM CONTRAPARTIDA EM INVESTIMENTOS

Destinação de recursos para investimentos



VIA ORÇAMENTO

- No período de 2000 até 2017, nenhuma despesa orçamentária do OFSS classificadas no GND 4 – Investimentos foi custeada com recursos das fontes 43 ou 44 (fonte emissão de títulos)

VIA BNDES

Países	Valor Liberado Até Agosto/2017
Brasil	449.925.787.081,14
Argentina	1.212.460.250,20
Angola	1.006.233.901,59
Estados Unidos	654.378.246,44
Venezuela	236.143.356,22
Chile	230.233.940,40
República Dominicana	201.679.496,00
Canadá	56.887.934,21
Equador	40.945.584,10
Uruguai	5.648.435,33
Cuba	2.538.069,09
Peru	75.472,99
México	398.327,29
Índia	265.374,00
Diversos Países	2.307.319.588,72
Total	455.881.695.057,72



Tela apresentada pelo TCU ao Senado em audiência pública da CAE realizada em 25/06/2019
<https://auditoriacidada.org.br/video/tcu-afirma-que-divida-nao-serviu-para-investimento-no-pais/>

<https://auditoriacidada.org.br/video/tcu-afirma-que-divida-nao-serviu-para-investimento-no-pais/>

AFINAL, QUE DÍVIDA É ESSA?

TCU afirmou ao Senado que a dívida interna federal **não serviu** para investimento no país <https://bit.ly/2NTPIJo>

Para que ela tem servido? <https://bit.ly/36AbwLJ>

- Pagar os juros da própria dívida
- Alimentar os mecanismos financeiros que geram dívida sem contrapartida
- Veículo de transferência de recursos públicos para bancos
- Justificativa para **contrarreformas**
- Justificativa para **privatizações**
- Responsável pelo **Teto de Gastos** e **arcabouço fiscal**
- Consome maior fatia do orçamento federal todos os anos

Mecanismos financeiros geram dívida pública sem contrapartida em investimentos

- Bolsa-Banqueiro – remuneração diária da sobra de caixa dos bancos (abuso das Operações Compromissadas e Depósitos Voluntários Remunerados)
- Transformações de dívidas do setor privado em dívida pública
- Transformação de dívida externa irregular, suspeita de prescrição, em novos títulos de dívida externa no Plano Brady, seguida de novas transformações em títulos de dívida externa e interna.
- Elevadíssimas taxas de juros: sem justificativa técnica ou econômica.
- Anatocismo
- Contabilização de juros como se fosse amortização
- Sigilosas operações de swap cambial realizadas pelo Banco Central
- Emissão excessiva de títulos públicos sem justificativa
- Prejuízos do Banco Central são simplesmente transformados em dívida pública
- “Securitização de Créditos Públicos”, esquema que gera dívida ilegal

“Sistema da Dívida”

Como opera

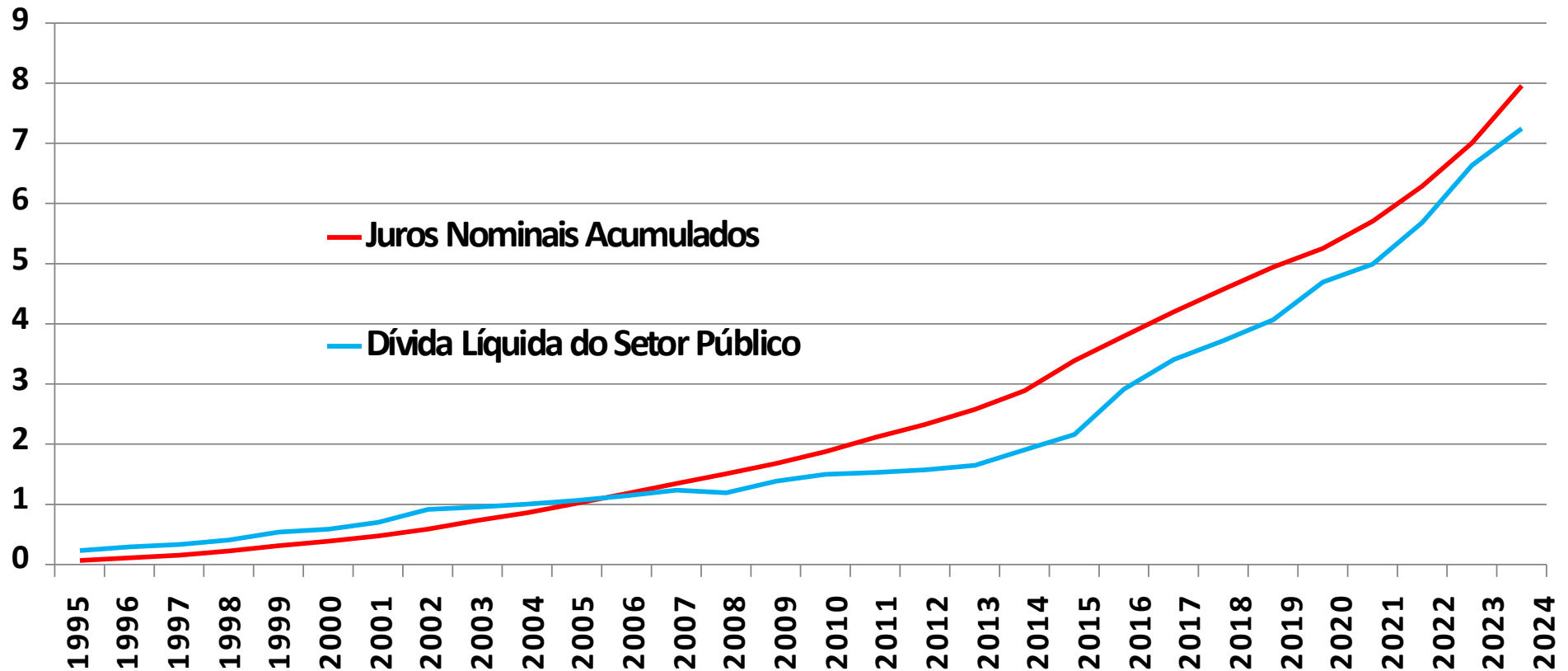
- Modelo Econômico
- Privilégios Financeiros
- Sistema Legal
- Sistema Político
- Corrupção
- Grande Mídia
- SISTEMA FINANCEIRO: BIS, FMI, BM, BID, Bancos Centrais

Dominação financeira e graves consequências sociais



JUROS ALTOS SÃO O PRINCIPAL FATOR RESPONSÁVEL PELO CRESCIMENTO EXPONENCIAL DA DÍVIDA PÚBLICA

Relevância dos Juros no Estoque da Dívida Líquida do Setor Público
(R\$ Trilhões)



Fonte: Séries Temporais do Banco Central nº 16.830, 4.478, 16.962 e 4.759. Disponíveis em:

<https://www3.bcb.gov.br/sgspub/localizarseries/localizarSeries.do?method=prepararTelaLocalizarSeries>

IMPACTO DA ELEVAÇÃO DA SELIC NAS CONTAS PÚBLICAS E NA ECONOMIA DO PAÍS

- Enquanto o pacote de corte de gastos ataca os mais pobres para “economizar” R\$ 34 bilhões em 2025...
- Desde setembro de 2024, a Diretoria do Banco Central (COPOM) já aumentou os juros em 3,75% (de 10,5% para 14,25%). Isso representa um gasto de R\$ 207 bilhões a mais por ano de juros da chamada “dívida pública”

Elasticidades da DLSP e DBGG

	DLSP		DBGG	
	R\$ bilhões	p.p. PIB ^{1/}	R\$ bilhões	p.p. PIB ^{1/}
Desvalorização de 1% na taxa de câmbio ^{2/}	-10,4	-0,09	11,5	0,10
Elevação de 1 p.p. na taxa Selic ^{2/ 3/}	55,2	0,47	50,0	0,43
Redução de 1 p.p. nos índices de preços ^{2/ 3/}	-18,1	-0,16	-17,9	-0,15

1/ Impacto na relação DLSP/PIB ou DBGG/PIB. conforme o caso.

2/ Impactos são simétricos no caso de valorização cambial, redução de taxa Selic e aumento de índices de preços.

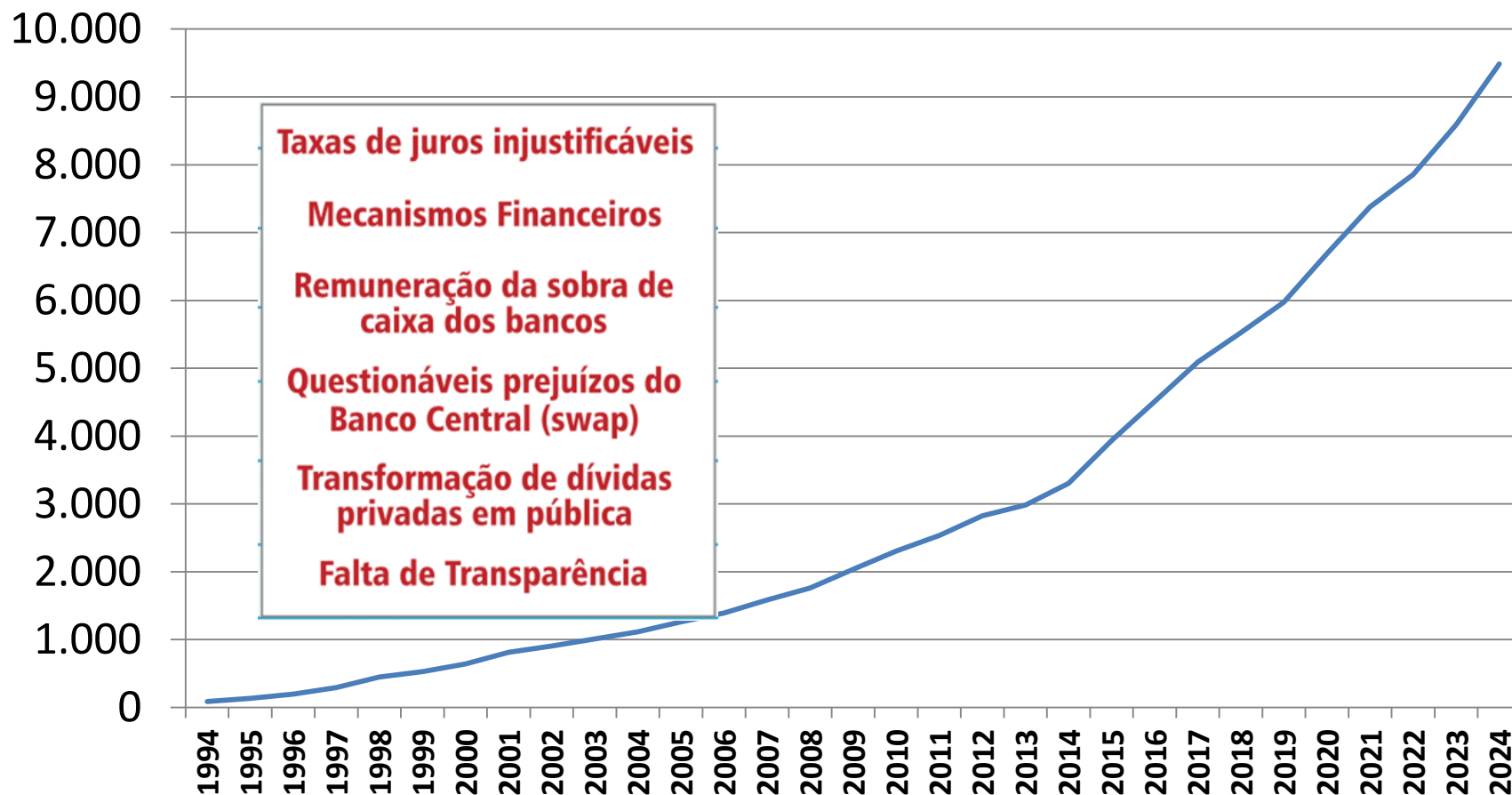
3/ Variação mantida por doze meses.

Fonte:
Banco Central

https://www.bcb.gov.br/contenuto/estatisticas/hist_estatisticas_fiscais/202412_Texto_de_estatisticas_fiscais.pdf

A dívida explode por causa dos mecanismos financeiros e juros. DE QUE ADIANTA CORTAR INVESTIMENTOS SOCIAIS?

Dívida Interna Federal (R\$ bilhões)



Fonte: Banco Central - Nota para a Imprensa - Política Fiscal - Quadro "Títulos Públicos Federais" e Relatório Mensal da Dívida do STN (Anexo 2.1)

EC 95/2016 e LC 200/2023 (“ARCABOUÇO FISCAL”)



- Manteve o teto de gastos sociais para “*guardar recursos importantes para o pagamento do endividamento público*”
- Impõe graves restrições orçamentárias para cumprir o teto e a meta de “superávit primário”
- Governo promete mais cortes para cumprir o “arcabouço”: rebaixamento dos pisos da saúde e educação
- Risco da “Reforma Administrativa”

Por que o Brasil se ajoelha para essa política que produz escassez?



<https://outraspalavras.net/pos-capitalismo/a-china-zomba-dos-ajustes-fiscais/>

A dívida pública deveria estar financiando investimentos de interesse da sociedade e do país, viabilizando o nosso desenvolvimento socioeconômico.

Mas não é isso que acontece! O endividamento público tem funcionado às avessas:

“SISTEMA DA DÍVIDA”

- Contínua subtração de recursos públicos;
- Ausência de contrapartida em investimentos, como declarou o Tribunal de Contas da União TCU <https://bit.ly/2NTPIJo>
- Dívida alta tem justificado teto de gastos, arcabouço fiscal, contrarreformas, privatizações, juros altos (!).
- Ver vídeo 17 <https://bit.ly/2YE5R2S>

Reprodução do Sistema da Dívida nos Estados

TUDO QUE ESTADOS PAGAM À UNIÃO SÓ PODE SER GASTO COM O PAGAMENTO DA DÍVIDA FEDERAL

- Dívida dos Estados refinanciada pela União: uma perpetuação de danos financeiros e econômicos. Origem questionável (PROES) e sem transparência. Já paga várias vezes! <https://www.extraclasse.org.br/opiniaao/2024/08/mais-danos-a-vista-na-chamada-divida-dos-estados-com-a-uniao/>
- Crescimento exponencial da dívida dos estados coma União, apesar do cumprimento dos acordos firmados
- Calote da Lei Kandir por parte da União
- PROPAG: mais uma tentativa de solucionar o problema da Dívida dos Estados, mas que na prática eterniza essa dívida já paga
- Impactos da política econômica e monetária federal

Necessidade de auditoria integral com participação social

Resumo da situação financeira do Estado de SP

SUBTRAÇÃO HISTÓRICA DE RECEITAS DOS ESTADOS

V DÍVIDA REFINANCIADA PELA UNIÃO

Estoque inicial refinanciado (1997*) = **R\$ 46,58 Bilhões**

Pagamentos (1997 a 2024) = **R\$ 235,3 BILHÕES**

Estoque da dívida em 2024 = **R\$ 288,6 BILHÕES**

Fonte: https://sisweb.tesouro.gov.br/apex/f?p=2501:9:::::9:P9_ID_PUBLICACAO:26242

V LEI KANDIR

Perda de R\$ 101,2 BILHÕES (1996 a 2016)

<https://dspace.almg.gov.br/bitstream/11037/32342/1/Desonera%20a%20a%20b%20e%20ICMS%20e%20Lei%20Kandir%20e%20o%20pacto%20federativo.pdf> pág 240

V DESVIOS DE RECURSOS PARA CPSEC S/A

V INCENTIVOS FISCAIS INJUSTIFICADOS

V CONCENTRAÇÃO DA ARRECADAÇÃO TRIBUTÁRIA NA ESFERA FEDERAL

(*) Tabela fornecida pelo Tesouro Nacional à CPI da Dívida Pública e dados informados pela Secretaria de Fazenda do Estado de SP à CPI.

AGRAVAMENTO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DOS ESTADOS

› IMPACTOS DA “CRISE FABRICADA” e seu aprofundamento

- Privilégio para gastos com a dívida
- Cortes de investimentos e gastos sociais, contrarreformas e mais privatizações

› RISCO de SECURITIZAÇÃO de DÍVIDA

- Eterniza a destinação de recursos para a chamada “dívida” por fora dos controles orçamentários

› LEI KANDIR:

- Acordo rebaixado (STF): parcelamento em 18 anos de apenas cerca de 10% das perdas!
- Fim do ressarcimento de perdas (EC 109)

› RISCOS COM A REFORMA TRIBUTÁRIA EC 132:

- Fim do ICMS, poder do Conselho Federativo

A SANGRIA DA DÍVIDA DOS ESTADOS COM A UNIÃO (Lei 9.496/97) – 1997 a 2023

Dívida Original: R\$ 126,157 BILHÕES
(incluindo refinanciamentos até 2023)

Pagamentos: R\$ 455,967 BILHÕES
(mais que o triplo do valor original)

Dívida em 2024: R\$ 786,333 BILHÕES
(mais de seis vezes mais que o valor original)

Fontes:

https://sisweb.tesouro.gov.br/apex/?p=2501:9:::9:P9_ID_PUBLICACAO:26242

https://sisweb.tesouro.gov.br/apex/?p=2501:9:::9:P9_ID_PUBLICACAO:49046

https://sisweb.tesouro.gov.br/apex/?p=2501:9:::9:P9_ID_PUBLICACAO:49047

NECESSIDADE DE AUDITORIA

- Quantas vezes os Estados já pagaram aquela dívida refinanciada pela União desde o final da década de 90?
- Qual a origem daquela dívida?
- Qual é a parcela da dívida assumida pelos respectivos Estados que na realidade era relativa a passivo de bancos estaduais, no esquema do PROES, completamente ilegítimo?
- Qual é a ilegalidade da aplicação mensal e cumulativa de índice de atualização calculado pelo IGP-DI da FGV, instituição privada?
- Por que não é aplicada a Lei e a Súmula 121 do STF, que proíbe a aplicação de juros sobre juros?
- Por que o STF aceitou referendar desconto de mais de 90% do que a União devia aos estados, sem lei que respalde essa renúncia?
- Quantos investimentos deixaram de ser realizados porque os recursos foram absorvidos pelo pagamento de tal dívida ilegítima e inflada de forma ilegal? Quantos estados recorreram a endividamento externo para pagar a União?

Negação de direitos à população, comprometimento do desenvolvimento socioeconômico e CRISE

NÃO FALTA DINHEIRO NO BRASIL

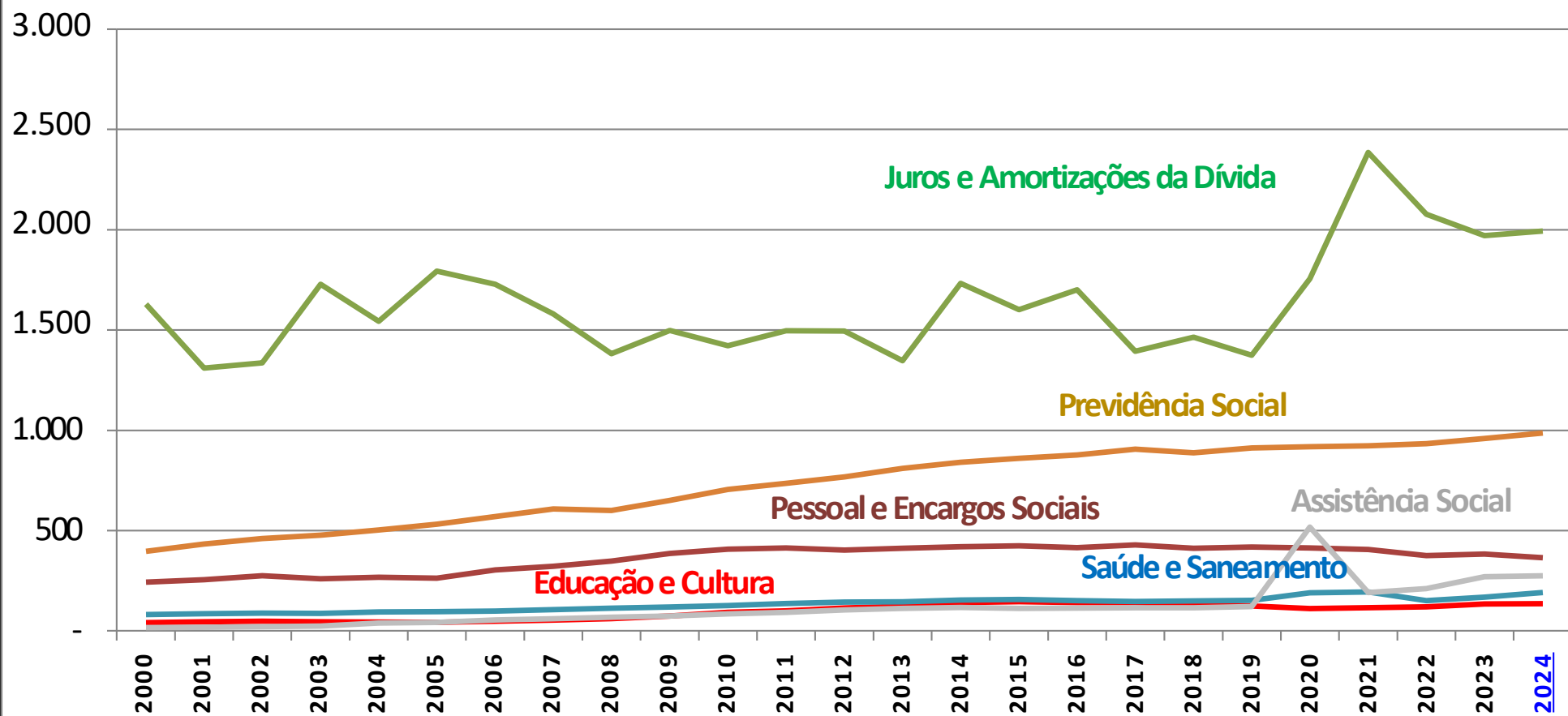
Temos imensas riquezas sob todos os aspectos e TEMOS MANTIDO TRILHÕES EM CAIXA HÁ VÁRIOS ANOS

- Chegamos a **mais de R\$ 5 TRILHÕES** em caixa:
- **R\$ 1,632 TRILHÃO** na Conta Única do Tesouro Nacional (em 31/12/2024)
- **R\$ 1,415 TRILHÃO** no caixa do Banco Central (em 31/12/2024)
(Operações Compromissadas e Depósitos Voluntários Remunerados – “Bolsa Banqueiro”)
- **R\$ 2,040 TRILHÕES** em Reservas Internacionais (em 31/12/2024)

Fonte: https://www.bcb.gov.br/content/estatisticas/hist_estatisticasfiscais/202411_Tabelas_de_estatisticas_fiscais.xlsx
(Tabela 4, Linhas 44, 50 e 52), e Serie Temporal do BCB nº 13.621

ONDE DE FATO ESTÁ O ROMBO DAS CONTAS PÚBLICAS ?

Governo Federal - Gastos Seleccionados, em R\$ bilhões de 2024
(Valores atualizados pelo IPCA)



Fonte: <https://www.tesourotransparente.gov.br/publicacoes/despesas-da-uniao-series-historicas/2023/8-2> ; Painel do Orçamento Federal - <https://www1.siof.planejamento.gov.br/painelorcamento/>

A Dívida Pública **RETIRA** recursos das áreas sociais

A mentira do "déficit" financiado por endividamento

2014 a 2024



Gastos com a dívida pública (juros e amortizações) pagos com receitas de outras fontes (não relacionadas com a emissão de títulos da dívida) que poderiam financiar gastos e investimentos sociais =

R\$ 2,838 Trilhões

Gastos e investimentos sociais pagos com receitas de títulos da dívida pública =

R\$ 1,472 Trilhão

No final das contas, a Dívida Pública **RETIROU**
RESULTADO = R\$ 1,366 Trilhão
das áreas sociais no período

Fonte: SIOP - Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento - Disponível em:

<https://www1.siop.planejamento.gov.br/QvAJAXZfc/opendoc.htm?document=IAS%2FExecucaoOrcamentaria.qvw&host=QVS%40pqk04&anonymous=true&sheet=SH06>

A FALÁCIA DO USO DA DÍVIDA PARA GASTOS SOCIAIS

No Brasil a dívida tem **SUBTRAÍDO** recursos das áreas sociais: além de consumir praticamente todos os recursos advindos da emissão de novos títulos, ainda absorve recursos provenientes de outras fontes, que também poderiam ser destinados a investimentos em áreas sociais.

Ver artigos:

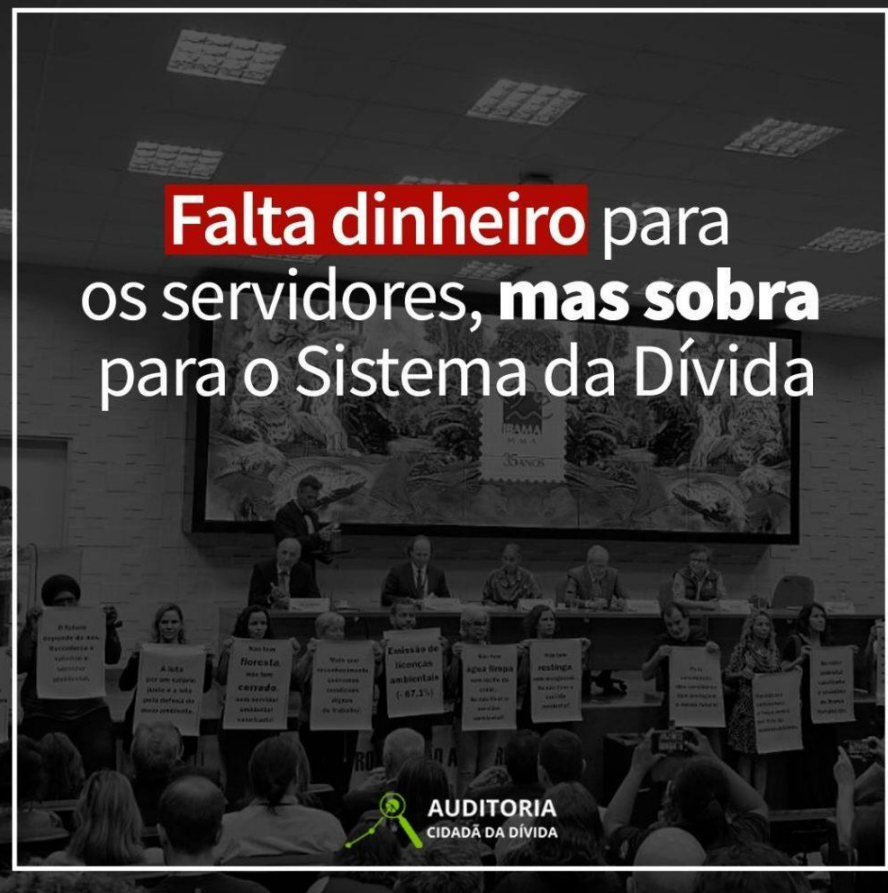
<https://bit.ly/2S72v8v>

<https://bit.ly/3Eq59u9>

O problema não é falta de recursos, mas o privilégio do Sistema da Dívida e demais eixos que sustentam o modelo econômico concentrador de renda

Apenas 1 ano de BOLSA-BANQUEIRO seria suficiente para reparar, por igual período, todas as perdas acumuladas pelo funcionalismo público federal desde 2010, estimadas em R\$ 158 bilhões.

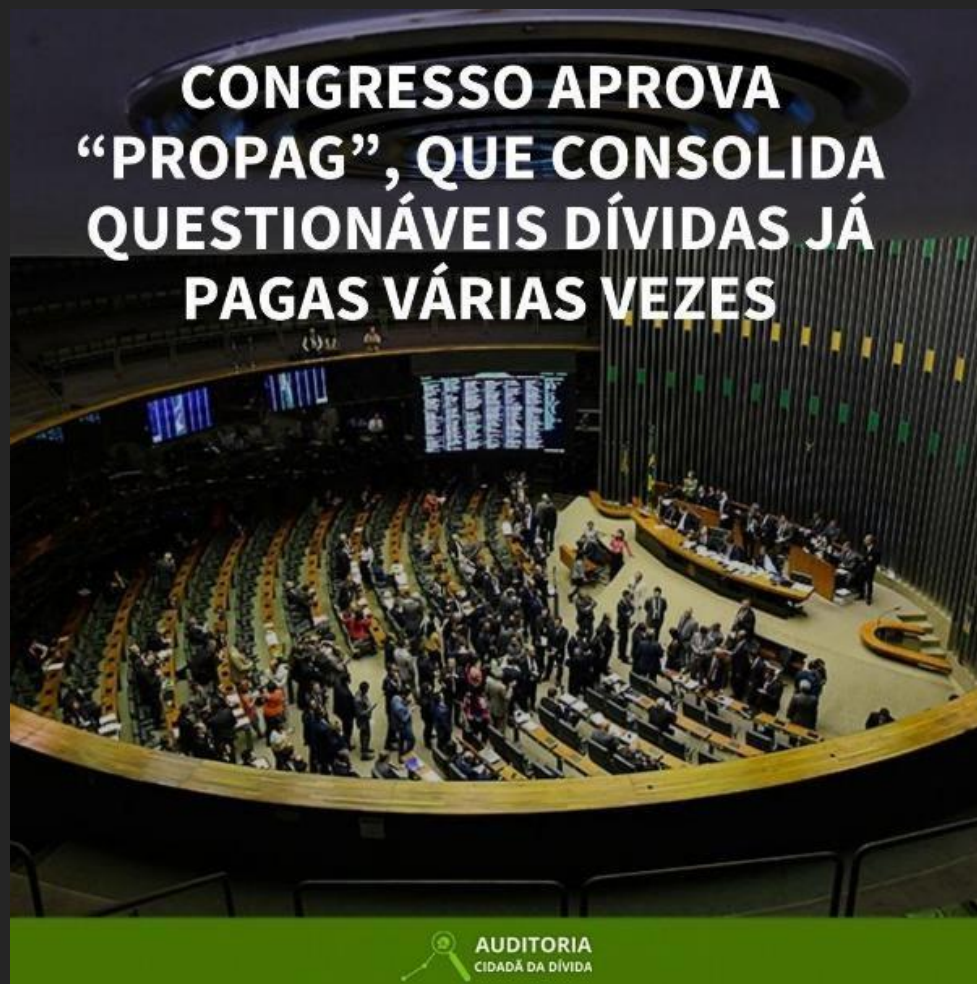
<https://auditoriacidada.org.br/conteudo/divida-publica-ausencia-de-contrapartida-em-investimentos-privilegios-de-recursos-e-impedimento-aos-direitos-sociais-por-maria-lucia-fattorelli/>



Campanha É HORA DE VIRAR O JOGO

<https://auditoriacidada.org.br/e-hora-de-virar-o-jogo/>

AS FALSAS SOLUÇÕES PARA A DÍVIDA DOS ESTADOS COM A UNIÃO: PLP 121/2024 (LC 212/2025)



- Algo ruim é colocado como se fosse bom, sob a justificativa de evitar o “Regime de Recuperação Fiscal”
- Consolida dívidas ilegítimas
- Redução de juros implica em novas despesas dos estados
- Prevê teto de gastos sociais nos estados, a exemplo do Arcabouço Fiscal
- Entrega de estatais estratégicas
- Cessão de créditos (Securitização)
- Vetos de Lula pioraram ainda mais o Projeto

A CONJUNTURA ESCANCARA O PRIVILÉGIO DA DÍVIDA PÚBLICA E CAMINHA NO SENTIDO CONTRÁRIO AO QUE O PAÍS NECESSITA

PRECISAMOS:

- ✓ Mais recursos para garantir os Direitos Sociais, **investimentos em nosso desenvolvimento socioeconômico e na estrutura do Estado;**
- ✓ Interromper mecanismos que geram “dívida” sem contrapartida em investimentos.

O QUE FAZER?

- AUDITORIA DA DÍVIDA COM PARTICIPAÇÃO SOCIAL
- LIMITE DOS JUROS EM LEI
- VETAR O ESQUEMA DE SECURITIZAÇÃO
- **Mobilização, Frente Parlamentar, CAMPANHA NACIONAL POR DIREITOS SOCIAIS**

auditoriacidada.org.br/limite-dos-juros

Limite dos juros torna-se Projeto de Lei Complementar

Projeto de Lei Complementar
PLP 104/2022



Texto original | Siga esta proposta

EMENTA

Dispõe sobre o limite legal das taxas de juros em contratos e operações financeiras, altera a Lei nº 1.521, de 26 de dezembro de 1951, e dá outras providências.

 /auditoriacidadabr
 /AuditoriaCidadaDaDivida
 /auditoriacadapaagina
 /auditoriacidada



**PLP 104/22
PARTICIPE DA
ENQUETE:**

<https://auditoriacidada.org.br/vote-na-enquete-oficial-da-camara-e-declare-apoio/>

auditoriacidada.org.br/limite-dos-juros

Vote na enquete oficial da Câmara: Limite dos Juros Já!

QUAL SUA OPINIÃO SOBRE O PLP 104/2022?

Concordo totalmente	Concordo na maior parte	Estou indeciso	Discordo na maior parte	Discordo totalmente
---------------------	-------------------------	----------------	-------------------------	---------------------



VOTAR

 /auditoriacidadabr
 /AuditoriaCidadaDaDivida
 /auditoriacidada.pagina
 /auditoriacidada



Muito grata

Maria Lucia Fattorelli

ACESSE

AUDITORIACIDADA.ORG.BR



/AUDITORIACIDADA.PAGINA



/AUDITORIACIDADADADIVIDA



/AUDITORIACIDADABR



/AUDITORIACIDADA



Spotify.



Google Podcasts

#ÉHORADEVIRARAJOGO